



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação - FAC

Departamento de Publicidade e Audiovisual - DAP

Mulheres para quê?

Um documentário sobre a relação entre universidade, comunidade e feminismo

Jéssica Moura Lopes Viana

Orientação: Denise Moraes

Brasília – DF

Dezembro de 2019

Jéssica Moura Lopes Viana

Mulheres para quê?

Um documentário sobre a relação entre universidade, comunidade e feminismo

Memória da Pesquisa do Produto apresentada ao curso de Audiovisual da Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social.
Orientadora: Profa. Dra. Denise Moraes.

Brasília – DF

Dezembro de 2019

Jéssica Moura Lopes Viana

Mulheres para quê?

Um documentário sobre a relação entre universidade, comunidade e feminismo

Banca Examinadora

Profa. Dra. Denise Moraes – Orientadora

Prof^ª. Dra. Kátia Belisário – Membro

Prof^ª. Dra. Rose May Carneiro – Membro

Prof.^a Dra. Liliane Machado – Suplente

Brasília, ____ de dezembro de 2019.

Dedico este trabalho às mulheres que vieram antes de mim, às que caminham comigo; e às que ainda estão por vir.

AGRADECIMENTOS

O fascínio pelos filmes veio com a ajuda de meu querido avô, José. Nas férias, quando ia visitar a família em João Pessoa (PB), ele sempre tinha ótimos títulos na sua vasta coleção de *DVDs*, os quais ele exibia para as quatro netas. Agradeço primeiramente a ele por ser um admirador do cinema e por me contagiar com seu apreço e conhecimento desta arte.

O Audiovisual não foi minha primeira opção de formação, mas sempre esteve no meu horizonte de desejos. A decisão de trilhar esse caminho não foi simples, mas só foi possível com a ajuda dos amigos que acompanham desde os tempos da primeira graduação em Jornalismo: Ananda, Douglas, Emily, Johnatan, Jéssica, Luan, Marcella, Marília, Pedro e Uiara. Sou muito grata ainda pelos amigos que vieram com a nova habilitação: Ilana, Mariane e Antônio, que foram uma força e um alento para que eu não desistisse.

Agradeço ainda ao meu amigo Washington Luiz, por todas as vezes em que me questionou, ainda que para me provocar, sobre minhas certezas e compreensão acerca de conceitos e teorias feministas. Essas colocações me impulsionaram ainda mais para o que se tornaria parte do objeto de estudo deste trabalho: de que essas reflexões teóricas nem sempre ecoam na maioria das pessoas que não estão inseridas em um ambiente acadêmico e que a linguagem pode ser uma barreira para o acesso ao conhecimento.

A receptividade e compartilhamento de conhecimentos da minha orientadora Denise Moraes também foram fundamentais para a realização deste projeto. A maneira como ela acolheu a proposta, ainda nas primeiras conversas sobre o produto, me deram novo fôlego para prosseguir. Nesta reta final, olhando para trás, me dei conta de quão metalinguístico foi todo o trabalho: o quanto o apoio de uma mulher que ajudou a uma outra fez toda a diferença para que eu acreditasse que era poderia entregar um documentário válido.

Agradeço também a cada uma das mulheres que me confiaram o seu tempo, espaço, som e imagem. Para muitas, não é simples falar sobre o tema do trabalho, por ser ao mesmo tempo uma questão coletiva, mas profundamente pessoal. Sem a

generosidade de Ana Lívía, Carolina, Cleia, Fátima, Jéssica, Kátia, Letícia, Maria, Márcia, Talita, Tânia e Tatiana, *Mulheres Para Quê?* jamais seria possível.

*Triste louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal*

*A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina*

*Só mesmo rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar*

*Que o homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar*

(Francisco, El Hombre)

Resumo

Mulheres para Quê? É um curta-metragem de documentário que questiona a contribuição da academia na formação política das mulheres enquanto grupo social. Para tanto, o filme retrata diversas personagens que se relacionam com a universidade de diferentes perspectivas: mulheres que não passaram pela instituição, mas possuem uma consciência de gênero; mulheres que fizeram cursos de graduação e pós-graduação, mas não tiveram contato com a temática; mulheres que buscaram compreender a perspectiva de gênero em projetos de extensão; estudantes; professoras e pesquisadoras da Universidade de Brasília. A ideia foi demonstrar que o debate sobre feminismo e gênero não está aprisionado nas salas de aula, mas que essa discussão atravessa as mulheres, seja da universidade para a rua, quanto pela via inversa. A investigação busca compreender como as mulheres elaboram sua perspectiva de gênero, frente ao debate teórico desenvolvido nas universidades.

Palavras-chave: Comunidade. Documentário. Feminismo. Formação. Universidade. Mulheres.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1. Problema de pesquisa.....	11
2. Justificativa.....	13
3. Objetivos.....	16
3.1 Objetivo geral.....	16
3.2 Objetivos específicos.....	16
4. Referencial Teórico.....	17
4.1 Feminismo acadêmico.....	17
4.2 O Documentário.....	20
5. Metodologia.....	23
5.1 Pesquisa.....	23
5.2 Abordagem.....	24
5.3 Pré-produção.....	24
5.3.1 Pré-entrevistas.....	26
5.3.2 Equipe.....	27
5.4 Produção.....	28
5.4.1 Perguntas Norteadoras.....	28
5.4.2 Equipamento.....	29
5.4.3 Gravações.....	29
5.5 Pós-produção.....	34
Considerações Finais.....	36
Referências bibliográficas.....	40
Filmografia.....	42

Introdução

As teorias feministas elaboradas por uma elite intelectual do país, por vezes, não atingem as mulheres que são alvo de comportamentos machistas em seu cotidiano, e que têm reduzido acesso ao saber acadêmico. Contudo, apesar do contato restrito com a universidade e com as teorias feministas, essas mulheres que fazem parte da comunidade externa desenvolvem uma consciência de gênero em suas vidas a partir da própria experiência, e é com essa elaboração empírica que enfrentam situações de discriminação por terem nascido ou se identificarem enquanto mulheres na sociedade.

Por meio do documentário de curta-metragem *Mulheres Para Quê?*, apresentado aqui como Trabalho de Conclusão de Curso, busquei registrar depoimentos de mulheres moradoras do Distrito Federal de vários perfis para compreender como constroem um pensamento de oposição ao sexismo. As entrevistas foram realizadas a partir de perguntas-norteadoras com mulheres que não passaram pela universidade; outras que tiveram formação acadêmica, mas não cursaram disciplinas de gênero; universitárias; professoras; e integrantes de projetos de extensão e coletivos relacionados ao tema. A ideia era abordar como lidam com o machismo, como elaboraram sua noção de enfrentamento à misoginia, e que tipo de apoio podem obter da universidade para empoderar a si mesmas e a outras mulheres com quem convivem.

Com base nos depoimentos gravados entre julho e setembro de 2019, outras mulheres que passam por situações parecidas, seja no ambiente doméstico ou público, de um feminismo construído por meio da experiência de vida, e não apenas a partir de uma elaboração teórica, podem se identificar com os relatos das personagens e reconhecer, nelas e em si, uma potência de enfrentamento ao sexismo. Além disso, também se pretende ressaltar a relevância do papel que a universidade pode assumir nesse combate ao patriarcado junto às mulheres que são impactadas por essa conjuntura.

Algumas das mulheres entrevistadas afirmaram que a linguagem acadêmica acaba se tornando uma barreira para que a comunidade possa acessar as reflexões elaboradas no âmbito universitário. Outras disseram que as iniciativas da universidade para levar a discussão de gênero para além dos muros da academia ainda são reduzidas.

Por outro lado, reverberar o debate sobre gênero internamente ou ampliar a discussão para fora da universidade é um desafio para discentes e docentes. Houve professoras que relataram que foram ameaçadas por trabalhar o assunto em suas pesquisas ou disciplinas, e que tiveram pouco apoio institucional para lidar com esses assédios.

Mesmo diante deste cenário, há tentativas de se romper o nicho de discussão de gênero na academia e levar essa reflexão para locais mais distantes. Até agosto de 2019, a Universidade de Brasília (UnB) contava com seis projetos de extensão que abordam a temática. Há ainda outros doze coletivos de mulheres da universidade que buscam discutir questões relativas ao feminismo dentro e fora da UnB. Este trabalho almeja retratar algumas dessas iniciativas, como o coletivo Roda das Minas e o projeto de extensão Promotoras Legais Populares (PLPs).

Para tanto, a memória do trabalho apresenta um breve histórico do movimento feminista no Brasil e sua inserção nas universidades brasileiras e a consequente cristalização de um feminismo acadêmico no bojo das instituições. Em seguida, há ainda uma retomada do conceito de documentário, no ímpeto de cruzar esses dois elementos que iriam subsidiar a forma e o conteúdo do projeto.

O texto ainda descreve o processo de gravação dos depoimentos e os dilemas que se impuseram ao longo da realização do projeto. Também foi necessário caracterizar a comunidade do Distrito Federal sobre a qual se trata o projeto, sobretudo no que tange o cotidiano das mulheres, assim como uma reflexão acerca do sexismo institucionalizado e normalizado na universidade. O projeto está disponível em <http://bit.ly/MulheresParaQue>

1. Problema de pesquisa

O projeto aborda, portanto, a relação entre a comunidade, a universidade e os estudos feministas para compreender em que medida a universidade contribuiria para a formação política de mulheres enquanto feministas. A ideia surgiu da inquietação de que o debate sobre esse assunto estaria concentrado nos limites da academia, a partir da percepção de que conceitos como feminismo, gênero ou sexismo teriam pouca

reverberação ou capilaridade entre mulheres que não pertencessem ao grupo social de mulheres universitárias, sobretudo das matriculadas em cursos de Ciências Humanas, ou que lecionam sobre o assunto.

No entanto, ainda que refutassem esses conceitos, essas mulheres desenvolveram uma noção de insubordinação frente ao patriarcado. Diante disso, qual seria a origem dessa elaboração, se não foi construída no seio do ambiente universitário ou de um debate teórico sobre o tema? Em que medida a experiência delas teria corroborado para essa elaboração e de que maneira ela teria se dado? Qual teria sido a relevância da internet, por exemplo, na amplificação de reflexões acerca dos papéis de gênero e do discurso de empoderamento feminino na agenda pública?

Por um lado a universidade afastaria essas mulheres, principalmente da comunidade externa, das discussões teóricas que fazem uso de uma linguagem que pouco tem a ver com o cotidiano das classes populares, indo de encontro à proposta de uma universidade inclusiva de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira que consta no Plano Orientador da Universidade de Brasília. O documento destaca a “o estabelecimento de um diálogo com a sociedade local para a definição de uma agenda acadêmica”, para o qual seria essencial a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que relaciona os processos de ensinar e aprender com a pesquisa científica e as atividades de extensão e organiza a síntese entre teoria e prática” (FUB, 1962). Entre os valores definidos para a instituição, estavam “a ciência, como forma de conhecimento confiável ao lado de outras formas de saberes” e “o diálogo em termos de igualdade com essas outras formas de saberes” (Ibidem). Portanto, parte da produção científica sobre gênero que se desenvolve na universidade não está seguindo esses preceitos fundantes de interlocução com a sociedade, que não acessa essas reflexões desenvolvidas no âmbito acadêmico.

Por outro lado, essa mesma universidade propicia o desenvolvimento de ações e políticas públicas voltadas para a comunidade sob a perspectiva de gênero. Mas quais ações seriam essas? Que tipo de abordagem e impacto teriam sobre as mulheres? Seria a extensão universitária essa interface de deslocamento? Que outras modalidades de

intervenção social existiriam na UnB? Haveria dificuldades para a realização de ações na universidade voltadas para gênero e mulheres?

Tomando por bases essas perguntas, a realização do documentário serviria não só para a constituição de um produto, mas também como ferramenta de investigação e apreensão da realidade.

Isso porque este formato de documentário permitiria a coleta e articulação de discursos complementares, e até mesmo divergentes, sobre o que pensam as mulheres sobre o feminismo. As histórias que as personagens contam, ainda que pertencentes a cada uma delas em contextos variados, encontram pontos de contato entre si, e muito possivelmente, também refletem histórias das espectadoras.

2. Justificativa

Apesar de permear as atitudes de mulheres de diversos perfis, o feminismo, ou suas vertentes, não são unanimidade entre elas. É comum que mulheres que adotam uma postura de oposição ao sexismo não se identifiquem enquanto feministas. Esta classificação é autorreferenciada - logo, cabe às próprias mulheres se afirmarem enquanto tais, ou serem assim reconhecidas por grupos sociais variados. Contudo, observa-se que essa identificação política não é imprescindível para que a conduta na vida cotidiana esteja de acordo com ideias feministas.

Há anos as mulheres buscam suplantar uma condição de subordinação ao patriarcado, em períodos em que o feminismo sequer havia se constituído enquanto teoria ou campo de estudos. Era o caso da Caça às Bruxas na Europa, quando mais de cem mil pessoas foram condenadas pela Igreja Católica acusadas de bruxaria no Tribunal do Santo Ofício, o qual caracterizava a Inquisição. O conhecimento popular das mulheres de receitas medicinais e a detenção do saber sobre o parto e a reprodução, por exemplo, poderiam levar a acusações de heresia. Ou ainda durante o período escravocrata no Brasil, do século XVI ao XIX, quando as mulheres negras escravizadas se insurgiram contra a conjuntura de opressão da época, e não apenas se revoltaram, como também elaboravam estratégias de enfrentamento e luta física e intelectual, em

um período em que nem se cogitava o debate sobre teorias feministas. Alguns dos exemplos mais célebres são Dandara, Aqualtune e Tereza de Quariterê. Essa condição é análoga a da maior parte das mulheres ainda hoje, que se insubordinam ao sexismo, ainda que não se reconheçam feministas.

No século XVII, em pleno regime escravocrata no Brasil, no Quilombo dos Palmares (AL), Dandara teria sido uma das expressões de resistência à dominação de classe, raça e gênero: sabia jogar capoeira, além de ter participado das batalhas pela manutenção do quilombo, tendo contribuído para a construção e organização de Palmares¹.

Aqualtune, por sua vez, a avó de Zumbi dos Palmares, com quem fora casada Dandara. Aqualtune, que era uma princesa-guerreira congoleza antes de ser traficada para o Brasil, contribuiu para a formação de Palmares com seu conhecimento de política e estratégias de guerra².

Teresa de Quariterê, ou Teresa de Bengela, liderou por mais de 20 anos o quilombo de Quariterê, no Mato Grosso, e abrigava os escravizados fugidos no século XVII. Sob o comando de Teresa, foi instituído um espécie de parlamento que governava o lugar com um regime similar ao democrático, além de firmar trocas comerciais na região³.

Nesse sentido, produzir e veicular um documentário que critique o papel da universidade, ao mesmo tempo em que reforce sua importância oferece um campo de oportunidades para a compreensão do problema, e de defesa de um modelo de educação mais inclusivo e atento às demandas da sociedade. Diante de um contexto de ataques ao ensino superior no país, em que há cortes de bolsas de pesquisa e contingenciamento de

¹ TINOCO, Dandara. "Descrita como heroína, Dandara, mulher de Zumbi, tem biografia cercada de incertezas". O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/descrita-como-heroina-dandara-mulher-de-zumbi-tem-biografia-cercada-de-incertezas-14567996>> Acesso em 15 dez. 2019

² "Quem foi Aqualtune, avó de Zumbi dos Palmares, homenageada pela Mancha Verde". Huffpost. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/aqualtune-mancha-verde_br_5c7ef536e4b0e62f69e771b5> Acesso em 15 dez. 2019

³ NUNES, Dimalice. "Teresa de Benguela: a heroica rainha do Quilombo Quariterê". Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-consciencia-negra-teresa-de-benguela.phtml>> Acesso em 15 dez. 2019

recursos para as instituições públicas, pensar sobre os caminhos para manutenção da universidade se torna uma pauta ainda mais urgente.

O setor da Cultura e, conseqüentemente do Audiovisual, também foi alvo de represálias do governo federal em 2019, primeiro ano da gestão do presidente Jair Bolsonaro. Em julho, foi anunciada transferência da sede da Agência Nacional do Cinema (Ancine), principal agente de fomento do setor, do Rio de Janeiro (RJ) para Brasília (DF). A ideia, era aumentar o controle sobre as produções.

No mesmo mês, o presidente afirmou que avaliava extinguir o órgão. Em setembro, houve uma medida concreta que enfraqueceu o trabalho da Ancine, com a redução de 43% do orçamento do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Outra ação foi a suspensão do termo de permissão que viabilizaria o repasse de recursos para financiar filmes que tratavam de homossexualidade e negritude. Em outro caso, houve a suspensão de um edital para projetos audiovisuais em emissoras públicas de televisão que, além de outros filmes, abrangia obras de temática LGBT⁴.

Outra oportunidade viabilizada pelo projeto foi perceber que a produção de conhecimento não se restringe ao ambiente acadêmico, como as salas de aula. Experiências para além dos muros acadêmicos, como o trabalho realizado em projetos de extensão, também proporcionam a elaboração de um saber científico em consonância com o cotidiano da população, que pode se beneficiar desse exercício em sua vida prática, além de multiplicar esse conhecimento em sua própria comunidade.

Essa produção popular encontra eco com a produção acadêmica mais estrita. Nos projetos de extensão ou coletivos de mulheres, em geral, as participantes exploram temas gerados pela realidade em que vivem, e que acabam se tornando objetos de estudo. Em seguida, há a análise crítica desse objeto, que corresponderia a um momento de reflexão teórica. Há ainda momentos de síntese para compreensão dos assuntos abordados, que na academia seriam traduzidos em conceitos. A diferença entre a

⁴ ROCHA, Camilo. "Qual o efeito das ações de Bolsonaro para o cinema nacional". Nexo Jornal. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/08/23/Qual-o-efeito-das-a%C3%A7%C3%B5es-de-Bolsonaro-para-o-cinema-nacional>> Acesso em 17 dez. 2019

produção de conhecimento popular e a erudita reside no fato de que as sujeitas que vivenciam os temas e problemas participam de modo ativo na elaboração do saber.

Esse é um dos aspectos que o documentário visa valorizar: a validade da experiência das mulheres enquanto fonte de conhecimento que é inteligível para a população em diálogo com a universidade.

Mas a principal justificativa é pessoal: me intrigava que uma das personagens do documentário, Maria Abreu, apesar de ter cursado apenas até a 7ª série do ensino fundamental, tivesse uma lucidez de compreensão em relação ao lugar e ao papel das mulheres na sociedade que outras mulheres com quem convivo, graduadas e ditas instruídas, não possuem. Interessava-me sobre histórias como a de Maria, a quem teorias feministas e estudos de gênero fariam pouco sentido. Cogitava então que o feminismo acadêmico havia falhado em se comunicar com mulheres como ela, que não se afirmam feministas. No entanto, o feminismo acadêmico não falhou em falar a elas, mas em ouvi-las e agregar vivências como essas na produção de um conhecimento que sirva à comunidade. Por isso, este documentário é uma tentativa de chamar a atenção para esses discursos.

3. Objetivos

3.1 Objetivo geral

Produzir um curta-metragem de documentário que investigue a relação entre gênero, universidade e a comunidade.

3.2 Objetivos específicos

- compreender por que mulheres que possuem uma postura feminista em seu cotidiano não se consideram enquanto tais;
- entender a origem da consciência dessas mulheres, que não tiveram acesso a essa formação acadêmica, mas que ainda assim atuam de maneira a se opor ao sexismo;

- ao retratar perfis variados de mulheres, gerar possível identificação de espectadoras com as personagens representadas;
- aprender sobre a produção de documentários;
- articular temas que não são comumente tratados em conjunto (universidade, feminismo e comunidade) e desenvolver um roteiro a partir da pesquisa;
- apontar que o debate sobre gênero esteja mais presente na universidade e que o conhecimento ali produzido seja trabalhado à favor da comunidade externa.

4. Referencial teórico

4.1 Feminismo acadêmico

O feminismo, enquanto conceito, tem dois desdobramentos fundamentais: é uma

teoria crítica, se ocupa em analisar de forma mais abrangente as estruturas que dão base às desigualdades. É também um movimento sócio-político dividido em vertentes, que se organiza contra a posição de subalternidade das mulheres, construída socialmente e fundamentada no patriarcado pelas diferenças de gênero, raça/etnia e a divisão da sociedade em classes sociais. (DUTRA, 2018, p. 21)

Uma das obras que embasaram este trabalho foi *Uma história do feminismo no Brasil*, de Céli Pinto (2003). No livro, Céli esclarece, como sugere o título, o histórico do surgimento do feminismo no país. No Brasil, o movimento feminista de segunda onda teve início nos anos 1970 com a emergência da ditadura militar (1964-1985). Naquele período, as intelectuais de classe média retornaram do exílio onde tiveram contato com reflexões de feministas estrangeiras, sobretudo dos Estados Unidos e da França.

Elas se reuniam em ambientes privados para discutir a opressão às mulheres em diversos níveis: social, econômico, político e sexual, por exemplo. Mesmo que não fizessem parte das camadas populares, diziam representá-las (Ibid. p. 60). Desse modo, a reflexão produzida por essas mulheres não atingia aquelas a quem se referiam. Ao

longo de quase 50 anos de história, o movimento passou por inúmeras transformações e se expressa hoje em diversas vertentes, como a liberal, marxista ou negra, por exemplo.

Sendo assim, naquele período, a aproximação com a universidade foi um movimento lógico para o feminismo acadêmico, já que as intelectuais estavam inseridas nesse ambiente. Por outro lado, abranger as camadas populares, que não integravam esse grupo de pensadoras, teria sido uma decisão mais estratégica do que ideológica, para ampliar os quadros do movimento. Nesse sentido, elas também buscaram se associar a outros segmentos como a Igreja Católica, partidos políticos e instituições governamentais (ROSEMBERG, 2012, p. 341), ampliando a produção de conhecimento sobre gênero para além da universidade.

Apesar disso, os estudos feministas ainda encontram barreiras para que fossem desenvolvidos nas universidades, inclusive nas ciências sociais (PINTO, 2003, p. 88). Desse modo, os estudos feministas ou de relações de gênero não se tornaram cursos de graduação ou se institucionalizaram em departamentos, ainda que hoje existam programas de pós-graduação na área.

A inclusão dessa perspectiva ainda é marginal, uma vez que as pesquisas relativas a este tema ainda são consideradas específicas e que diriam respeito apenas a um grupo social restrito. No entanto, as pesquisadoras defendem que os estudos de gênero se referem à discussão sobre desigualdades estruturais e a temas invisibilizados no debate público como violência doméstica, preconceito e sexualidade.

Tendo em vista esta lacuna, os anos 1980 testemunharam o surgimento de núcleos de estudo sobre a mulher e diversas universidades que concentravam as pesquisas sobre o tema em um esforço conjunto das pesquisadoras. Na Universidade de Brasília, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPeM/UnB) foi fundado em 1986 e está em funcionamento até hoje no âmbito do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM).

Na década de 1980, a militância e a academia se especificaram, mas também se apoiaram mutuamente, em um diálogo em que a epistemologia feminista se vale da experiência da militância e esta também se beneficia dos trabalhos acadêmicos. A

militância se profissionaliza em Organizações Não-Governamentais (ONGs) e o feminismo acadêmico se envolve no processo político da época, no momento em que o Brasil passava pela redemocratização e pelos debates na Assembleia Constituinte. Nesse momento a prática feminista no Brasil está voltada para a garantia de políticas públicas para as mulheres, que culminariam na criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2003.

Já os anos 1990 testemunharam uma convergência entre militância e o feminismo acadêmico, que justamente se debruçaram sobre as nuances de ser mulher na sociedade, levando em conta a interseccionalidade de lutas de gênero, raça e classe.

“Existe um feminismo difuso na sociedade, fruto certamente de anos de militância e movimento organizado, que se expressa na presença de luta pelos direitos das mulheres em campanhas eleitorais” (Ibid. p. 93). Céli Pinto chama a atenção para o fato de que existe um feminismo difuso entre homens e mulheres que não se afirmam enquanto tais ou que não participam da militância, mas que acaba pulverizado no discurso desses atores. Nos últimos anos, o ciberfeminismo tem contribuído para a difusão dessas ideias entre a população e para o deslocamento dessa identidade (DUTRA, 2018, p. 24).

Com a emergência do uso da internet pelos cidadãos a partir dos anos 2000, os movimentos feministas também passam a integrar a web como uma estratégia alternativa de luta pela autonomia e combate a desigualdades estruturais das mulheres e dos corpos identificados como femininos. Essa associação entre feminismo e ciberespaço não é novo, mas foi de 2010 para cá que o uso das novas tecnologias obteve um salto significativo de alcance com as redes sociais.

Em 2015, as mulheres passaram a compartilhar, principalmente em perfis no *Facebook* e *Twitter*, relatos de misoginia de que foram alvo, motivadas pelas campanhas com o uso de *hashtags* como #MeuAmigoSecreto e #MeuPrimeiroAssedio. Outro indicador é o aumento nas buscas pelos termos “empoderamento feminino” e

“feminismo”, que cresceram 354,5% e 86,7%, respectivamente, entre janeiro de 2014 e outubro de 2015, conforme aponta um levantamento da ONG Think Olga⁵.

O tema entra na agenda pública motivado também pela promulgação da Lei nº 13.104/15 que tipificou o crime de feminicídio⁶. O índice de assassinatos de mulheres em 2018 foi de 1.206 vítimas, segundo dados do *13º Anuário de Segurança Pública*⁷. Dessas, 61% eram negras e 70% tinham até o ensino fundamental. Segundo o levantamento, no Distrito Federal, em 2016, foram 4,1 casos para cada 100 mil habitantes. O relatório descreve que

A mulher que se torna uma vítima fatal muitas vezes já foi vítima de uma série de outras violências de gênero, por exemplo: violência psicológica, patrimonial, física ou sexual. Ou seja, muitas mortes poderiam ser evitadas, impedindo o desfecho fatal, caso as mulheres tivessem tido opções concretas e apoio para conseguir sair de um ciclo de violência (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018, p. 46)

Em 2019, os registros chegaram a 30 feminicídios e além de 15,6 mil registros de casos de violência contra a mulher⁸.

Portanto, as discussões online acendem o alerta para o processo que leva a situações extremas como essas, reforçando a propagação de uma discussão no âmbito de um feminismo difuso entre a comunidade que compartilhava e acessava informações sobre feminismo na rede.

4.2 O Documentário

⁵ CAZARRÉ, Marieta. “2015: O ano das mulheres”. Agência Brasil. Brasília, 31 dez 2015. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-12/2015-o-ano-das-mulheres>> Acesso em: 30 out. 2019.

⁶ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm> Acesso em: 26 out. 2019.

⁷ Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/apresenta%C3%A7%C3%A3o-coletiva.pdf> Acesso em: 26 out. 2019.

⁸ "Elas por Elas". Metrôpoles. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/materias-especiais/elas-por-elas-conheca-a-historia-das-vitimas-de-feminicidio-no-df>> Acesso em 16 dez. 2019

O documentário é uma ferramenta para apreensão do mundo histórico, na medida em que a construção do argumento narrativo é direcionada pela perspectiva do cineasta sobre a realidade. Sendo assim, o documentário não é mera união de registros brutos, mas constitui-se em um discurso que transmite o posicionamento do cineasta sobre determinado assunto.

Por isso, enquanto forma de apreender o mundo histórico, o documentário também se configura enquanto instrumento de investigação dessa realidade (COUTINHO, 1997). Uma vez que há uma pergunta, o objetivo do documentário passa a ser se surpreender com as respostas ao longo da realização.

Contudo, segundo Consuelo Lins, na produção de Eduardo Coutinho, o documentário não tem a intenção de refletir ou representar a realidade: "trata-se, antes, da produção de um acontecimento especificamente fílmico, que não preexiste à filmagem" (2004, p. 12). Ela sublinha que, considerando o cinema de Coutinho, ainda assim é possível que o documentário se aproxime do real "do jeito que for possível, para o caráter essencialmente subjetivo, parcial, precário e contingente de toda e qualquer narrativa documental" (Ibidem).

Em *Introdução ao Documentário* (2016), Bill Nichols delimita um conceito abrangente para o gênero documentário. Já é chavão afirmar a dificuldade de se fornecer uma definição para esses filmes, mas, é evidente que, assim como os filmes de ficção, os documentários seguem convenções estilísticas dessas narrativas.

O documentário fala de situações e acontecimentos que envolvem pessoas reais (atores sociais) que se apresentam para nós como elas mesmas em histórias que transmitem uma proposta, ou ponto de vista, plausível sobre as vidas, as situações e os acontecimentos representados. O ponto de vista particular do cineasta molda essa história numa maneira de ver o mundo histórico diretamente, e não numa alegoria fictícia. (NICHOLS, Bill. 2016, p. 37)

O autor ressalta ainda que a representação do mundo histórico pelo documentário ocorre em seis modalidades diferentes, que correspondem, em certa medida, às tendências de produção de documentários ao longo da história:

- poético: nessa modalidade, a preocupação do cineasta é com a estética. Há uma busca por romper com as convenções de continuidade espaço-temporal da montagem, de maneira a produzir sentido. Assim, o destaque da narrativa é mais para as emoções geradas pelos acontecimentos, do que para os fatos históricos em si;
- expositivo: é comum que neste modo seja utilizado o comentário em *voice over*⁹ para destacar a retórica informativa que se pretende imprimir pelo filme. Assim, as imagens captadas mais apoiam e complementam o discurso falado do que expressam a narrativa. A exposição do argumento tem a pretensão de transmitir uma isenção em relação ao tema, semelhante a reportagens jornalísticas;
- observativo: a viabilidade desse modo de produção foi proporcionada pela evolução técnica dos equipamentos de filmagem. Com câmeras menores, a possibilidade de captar o som direto simultaneamente à imagem possibilitou que os cineastas registrassem as ações enquanto elas se desenrolavam, isso com o mínimo de interferência sobre a realidade. Esse modo se aproxima do *voyer*, e, não interpõe o *voice over*, música ou efeitos sonoros na montagem, para priorizar a representação o mais próximo possível da observação;
- participativo: nesse modo se expressa uma negociação entre o cineasta, que detém a câmera, e portanto o poder de decidir sobre o discurso, e o tema retratado no documentário. Mais uma vez, a evolução técnica colaborou para uma mudança estética na produção cinematográfica. Com a possibilidade de registro do som direto fora de estúdios, os documentaristas puderam realizar entrevistas e gravar depoimentos com os personagens, de forma que a interação do documentarista com o objeto do filme passasse a ser um elemento constituinte da construção narrativa;
- reflexivo: como o nome sugere, esse tipo de documentário apresenta ao público os dilemas envolvidos na produção do filme. As cenas que poderiam ser consideradas de bastidores passam a integrar a narrativa em primeiro plano, reforçando uma impressão de realidade. E esse tensionamento pode extrapolar a produção do documentário em si, e questionar o sentido mesmo de verdade e do que pode ser considerado real, o que conduz a duas vertentes de reflexão. A

⁹ Narração em segundo plano

primeira delas é formal, e interpõe uma interrogação sobre o modo de se produzir documentários. A segunda é política, e chama a atenção para a inconsistência de alguma convenção social;

- performático: apesar de preservar o reconhecimento do mundo histórico, este modo valoriza a representação da subjetividade como alternativa para apresentar informações ao público. A associação de elementos reais a imaginados, a emoção (performance) relacionada à experiência é valorizada e se contrapõe a métodos objetivos de apreensão do conhecimento.

Nichols ressalta que os filmes podem agregar mais de um modo para abordar o mundo histórico. E assim também é neste documentário, que transita entre os modos participativo, reflexivo e expositivo. Isso porque foram registrados depoimentos motivados por perguntas pré-estruturadas. Desse modo, as respostas só surgiram porque foram provocadas. Além disso, na montagem, as respostas das diferentes personagens foram estruturadas de modo a construir um discurso argumentativo que evoca a minha perspectiva sobre a realidade. Por outro lado, esse argumento se volta para um questionamento sobre códigos socialmente aceitos, lançando sobre eles um olhar de estranhamento.

5. Metodologia

5.1 Pesquisa

Quanto à abordagem, a pesquisa é classificada como qualitativa, uma vez que seus resultados não podem ser quantificados em números e a produção do projeto esteve voltada para a apreensão de um fenômeno social. Além disso, essa abordagem permite que o pesquisador seja ao mesmo tempo, sujeito e objeto do estudo. Na medida em que minhas experiências também influenciaram o resultado do trabalho, o produto se encaixa nessa definição.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se configura como exploratória, na medida em que visa lançar luz sobre o problema para sublinhá-lo por meio de hipóteses. Nesse

processo, houve a revisão bibliográfica, entrevistas com personagens envolvidas no problema e análise desse material. Por isso, no que tange ao procedimento, a pesquisa, além de bibliográfica e documental, também foi de campo, na coleta de informações com os atores sociais afetados pelo problema.

5.2 Abordagem

Tendo em vista os subgêneros de documentário propostos por Nichols, a produção do documentário privilegiou o registro de depoimentos com as personagens, os quais serviram de base para reflexões acerca da formação e da prática política das mulheres enquanto feministas, foco do produto final. Tomando as mulheres da comunidade como protagonistas, foram definidos seis eixos de abordagem do problema: o reconhecimento de situações sexistas a que as mulheres de todas as classes sociais são submetidas; a insubordinação dessas mulheres frente a esse contexto e a origem dessa insubordinação; a dificuldade de aproximação do feminismo, em especial o acadêmico, da comunidade; barreiras para que docentes e discentes discutam o feminismo no âmbito da universidade e para além dela; as estratégias para romper com essa condição, por meio da oferta de disciplinas optativas, projetos de extensão e coletivos feministas; e a contribuição dessas iniciativas para as mulheres que delas participam.

Durante os encontros para as filmagens, as perguntas motivadoras funcionaram como dispositivo para suscitar a discussão sobre o tema, de modo a valorizar o relato e a experiência das personagens, mais do que uma exposição acadêmica sobre o assunto. Assim, foi possível captar as memórias e opiniões dessas mulheres, as quais, apesar de particulares, poderiam evocar e gerar identificação entre as espectadoras.

5.3 Pré-produção

A ideia para produzir o documentário me ocorreu ainda no primeiro semestre de 2019, depois de assistir a *Lembro Mais dos Corvos* (2018), de Gustavo Vinagre. O filme é um documentário no qual o diretor entrevista a atriz Julia Katharine, que a partir de perguntas discorre sobre sua trajetória, da infância ao presente. A simplicidade e riqueza da narrativa foram o estopim para que eu decidisse seguir com um produto documental.

Paralelo a isso, outras inquietações que fervilhavam naquele momento encontraram vazão uma vez definido o formato. Todas as sextas-feiras, uma das personagens entrevistadas, Maria Abreu, que é diarista, vem à minha casa para fazer a limpeza. É durante esse encontro que podemos conversar não só sobre os assuntos domésticos, mas também sobre as experiências vividas. Sempre me chamava muito a atenção que Maria tivesse uma percepção muito firme em relação ao papel da mulher na sociedade, e que, apesar disso, não se considerasse uma mulher feminista.

Isso suscitou a questão de que as discussões teóricas sobre o tema não atingiam todas as mulheres que poderiam se beneficiar de uma reflexão sobre a questão. Para mim era inconcebível que as teorias feministas não se aproximassem de mulheres que já adotavam uma atitude de insubordinação em seu cotidiano, a qual poderia servir inclusive de exemplo e motivação para que outras ao seu redor enfrentassem e saíssem de situações de sexismo evidente. Esse era exatamente o caso da filha mais velha de Maria, a qual está há mais de cinco anos em um relacionamento abusivo, em que é espancada pelo marido. Depois de já ter se separado dele e ter se escondido com a família para evitar as agressões, a moça retornou ao convívio do agressor, cortou o contato com a família e hoje está grávida do primeiro filho. O maior medo de Maria é receber a notícia da morte da filha, a quem tentou ajudar.

Por isso, naquele momento, decidi registrar o relato de mulheres que estavam à margem do debate acadêmico sobre feminismo e gênero para compreender como essa elaboração se construiria por meio de suas próprias experiências de vida. Com esta proposta, procurei a orientação da professora Denise Moraes em junho para iniciar a pré-produção antes do início do novo semestre. Como seria a minha primeira experiência com documentário, a orientação foi muito valiosa para redefinir a abordagem do trabalho, assim como as diretrizes para registro das entrevistas, fundamentais para o projeto.

Após esta primeira conversa, discutimos que levar em conta o atual momento político pelo qual atravessa o país, que inclui ataques às instituições universitárias, poderia acrescentar uma camada de complexidade ao projeto.

Portanto, a ideia inicial deu uma guinada para abordar também as dificuldades enfrentadas no âmbito institucional para tratar do tema e como essas barreiras seriam suplantadas por meio da extensão universitária, enquanto interface entre o saber acadêmico e o popular.

5.3.1 Pré-entrevistas

A partir disso, iniciei a busca por possíveis personagens que se enquadrassem no perfil de mulheres que tivessem uma postura feminista, mas que não se identificassem com o termo. Para tanto, tive ajuda da professora Gina Vieira, e também de outras amigas e colegas. Para minha surpresa, os exemplos de pessoas assim eram inúmeras. Selecionei sete mulheres, com quem tive um primeiro contato por telefone e também pessoalmente. Busquei uma diversidade de perfis: entre elas havia estudantes indígenas, mulheres camponesas, mulheres LGBT, mulheres negras. Minha ideia era que, já com essas informações, pudesse orientar as entrevistas na fase de realização de modo mais incisivo, para economizar tempo com a captação de depoimentos.

Após compilar as informações obtidas em fichas, reduzi a quantidade de personagens a quatro mulheres. Como a proposta era produzir um curta-metragem, a concisão era necessária. Dessas, consegui gravar efetivamente com duas na fase de produção: Maria e Márcia. Por problemas pessoais, as demais personagens de outros perfis desistiram de participar do projeto.

Em seguida, parti para a pesquisa institucional: procurei por professoras que ofertassem disciplinas relacionadas a feminismo e gênero na UnB: uma busca no *Matrícula Web* foi suficiente para listar essas matérias. Com os nomes das docentes responsáveis, pude procurar o contato delas nas páginas dos departamentos aos quais pertenciam.

Depois, requisitei à Secretaria de Comunicação da UnB (Secom/UnB) a lista de projetos de extensão que estavam em funcionamento para verificar quais deles estariam ligados à temática. Foi assim que encontrei o projeto das Promotoras Legais Populares (PLPs). Segundo as informações do blog mantido pelo grupo¹⁰, o projeto teve início em

¹⁰ Disponível em <<http://plpunb.blogspot.com/>>. Acesso em: 3 ago. 2019.

2005, como uma iniciativa de extensão da Faculdade de Direito. Em Brasília (DF), a iniciativa atua no Núcleo de Prática Jurídica de Ceilândia e também em Águas Lindas (GO). As extensionistas são estudantes da faculdade que se reúnem todos os sábados pela manhã com as mulheres da comunidade inscritas como cursistas. Ao longo do ano, elas discutem temas relativos aos direitos humanos das mulheres. Para tanto, se valem de um ideal metodológico de educação popular, que inclui a comunidade na produção de conhecimento e proposição de temas e atividades.

Uma vez identificado este grupo, nesta fase de pré-entrevistas, entrei em contato com as PLPs por e-mail, e assim obtive mais informações sobre a dinâmica das atividades, com as quais pude agendar a gravação e explicar a elas como seria a dinâmica de captação, para que se preparassem para a presença da câmara em meio às suas atividades.

Ainda nesta fase, busquei ativamente nas redes sociais (*Facebook e Instagram*) por grupos feministas e de mulheres na UnB. Ao pesquisar os termos “coletivo - feminista - UnB” encontrei diversas páginas nos resultado da busca e entrei em contato com várias dessas iniciativas espontâneas de estudantes por mensagem nas próprias redes. O coletivo Ciclos de Ipê reúne estudantes, sobretudo do curso de Biologia, no Jardim Louise (Instituto de Biologia) às quartas-feiras. O nome do local faz referência à estudante de biologia que foi assassinada pelo ex-companheiro dentro do campus em 2016.

Já a Roda das Minas ocorre às quintas-feiras, na Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas (FACE). Consegui contato com este último, com o qual apurei as informações básicas sobre o projeto por e-mail e agendei a gravação para a próxima fase.

5.3.2 Equipe

Desde que iniciei o projeto, minha ideia era recrutar uma equipe mínima para participar do documentário. Isso porque gostaria de ter a experiência de trabalhar com uma equipe reduzida, que pudesse, depois da graduação, repetir o método de trabalho em outras oportunidades com mais facilidade e também por conta da limitação de tempo

para realização e ajustes de horários entre possíveis integrantes da equipe e personagens.

Por isso, convidei Mariane Silva, diretora de fotografia com quem já havia trabalhado em outras disciplinas. Contar com a habilidade técnica e a companhia desta amiga foi fundamental para o andamento do projeto. Como não consegui recrutar um técnico de som, acabei assumindo essa função, além da direção e produção do documentário. Mariane assumiu também a montagem do projeto, área em que também tem muito familiaridade.

5.4 Produção

5.4.1 Perguntas norteadoras

Para cada grupo de personagens foram elaboradas perguntas-norteadoras de modo a guiar as conversas. Contudo, prezou-se pela fluidez das conversas, dando espaço para que novas perguntas fossem formuladas ao longo das entrevistas e outras fossem descartadas. Isso porque cada personagem acaba acrescentando uma perspectiva que não fora pensada na pré-produção, enriquecendo o diálogo.

Maria e Márcia foram incentivadas a discorrer sobre um relato de vida e seus posicionamentos em relação às situações sexistas a que já foram submetidas e a forma como lidam com elas. Também falaram sobre a sua relação (ou ausência dela) com a universidade e o que tipo de apoio gostariam de obter da instituição no que tange as questões de gênero.

Já Maria de Fátima, Cleia e Ana Lúcia falaram sobre sua experiência no projeto de extensão e Jéssica, Caroline e Letícia contaram sobre o coletivo feminista, e de que forma essa intervenção da universidade as beneficia.

Outras questões foram interpostas às docentes: Talita, Tatiana, Tânia e Kátia, que relataram as dificuldades de se trabalhar com feminismo e relações de gênero na universidade e as estratégias para superar esses problemas de diferentes ordens.

5.4.2 Equipamentos

Todo o equipamento utilizado ao longo das filmagens foi emprestado da Faculdade de Comunicação (FAC/UnB), sendo alugados conforme as necessidades das diárias.

Câmera Canon 80 D

Lentes Canon 50 mm e 18 mm - 55 mm

Tripé Benro

Gravador Zoom H4N

Microfone de lapela

Microfone Shure

Pilhas

5.4.3 Gravações

As gravações ocorreram entre 9 de agosto e 20 de setembro, com uma diária extra em 19 de outubro para registrar um dos encontros da Roda das Minas. Ao todo, foram nove diárias de gravação, parte delas com as mulheres da comunidade externa à UnB; em outras diárias foram registrados os depoimentos de professoras; e também, houve gravações durante as atividades dos projetos de extensão (PLPs) e também com os coletivos feministas (Roda das Minas).

Durante o primeiro set acompanhamos as PLPs em um dos sábados de atividades. As cursistas foram alertadas da nossa presença antes da gravação. Chegamos antes do início da oficina, e aproveitamos para registrar imagens de cobertura do

ambiente. Uma das cursistas que já estava no local também nos deu a primeira entrevista: Maria de Fátima, que nos foi indicada pelas extensionistas por ter uma personalidade espontânea e extrovertida.

Contudo, diante da câmera, Fátima adotou uma postura diferente: falava pausadamente e seu raciocínio não seguia uma narrativa linear. Depois da captação, fiquei desanimada, achando que não conseguiria usar o depoimento dela porque ela não teria dito o que eu esperava e do modo como eu esperava, pois seu depoimento me parecia artificial. Mais tarde, ao rever o material, percebi que a representação que Fátima fazia de si mesma também era parte do que ela era: portanto, também autêntica. A maneira como expunha seu pensamento era nada mais, nada menos a forma como compreenderia o mundo, e que em um primeiro momento, minha arrogância de observadora rejeitou. Mas se era assim que ela se expressava, era isso que deveria ser colocada em cena, e não o meu modo de organizar a realidade, pois o que estava em jogo era a elaboração das personagens.

Em seguida, registramos a abertura da discussão daquele dia e a formação de grupos de discussão. Não pudemos gravar os debates em si para preservar o sigilo das discussões e o bom andamento da oficina. Enquanto esperávamos o encerramento da oficina, captamos mais imagens de cobertura no prédio do Núcleo de Prática Jurídica em Ceilândia, onde ocorrem as ações e também captamos o depoimento de Talita, que é a professora responsável pelo projeto.

Depois disso, registramos o fim da oficina e captamos as entrevistas com as cursistas Ana Livia e Cleia Pereira de Souza. À princípio, Ana Livia estava reticente em falar sobre sua experiência, mas conforme a entrevista caminhou, e ela falou do relacionamento abusivo que viveu e passou a contar sobre a importância do projeto, foi se soltando diante da câmera. Já Cleia nos procurou voluntariamente para apresentar a rima que compôs sobre as PLPs.

A segunda diária foi com a diretora financeira da escola de idiomas Cooplem, Márcia Behnke. Primeiro, nos encontramos na escola, em Ceilândia, e depois realizamos a gravação na casa de Márcia. Apesar de estar com pressa, nos dedicou mais

de uma hora de entrevista e teve paciência para mostrar álbuns de fotografia, e também membros da família e cômodos da casa.

A próxima gravação foi com a professora Tatiana Lionço, que integra a Diretoria da Diversidade Sexual e de Gênero (DIV) da UnB. Enquanto aguardava a professora terminar uma reunião, aproveitei para explorar a diretoria e registrar algumas imagens de cobertura. Cheguei com as perguntas-norteadoras, mas fui surpreendida pelo relato de Tatiana que contou sobre as ameaças feitas a ela por deputados federais por conta de seu trabalho e a omissão das instâncias de investigação e também da própria universidade em relação aos ataques que recebeu. Contudo, por uma escolha da montagem, esse depoimento acabou não entrando no produto final.

A quarta entrevista foi com a professora Kátia Belisário, que relatou tanto suas experiências pessoais que reforçaram o sexismo a que estão submetidas as mulheres de diversas classes e raças como também os projetos na disciplina de extensão que leciona na Faculdade de Comunicação (FAC/UnB). Foi interessante perceber como o trabalho está intimamente intrincado com a vivência, e a honestidade com a qual revelou questões tão íntimas em nosso segundo contato presencial, rendeu declarações muito valiosas por parte da personagem.

Depois foi a vez de Maria. No fim de um dia de trabalho, Maria concordou em realizar a entrevista na área de lazer do prédio onde eu moro. Eu havia proposto que captássemos o depoimento na casa dela, em Valparaíso (GO), mas ela se recusou. Foi uma das situações mais conflitantes para mim, pois estava em uma dupla condição de poder em relação a ela: primeiro porque eu detinha a câmera e segundo porque Maria trabalha em nossa casa.

Consciente da minha posição dessa assimetria, recorri a alguns artifícios para reduzir essa diferença: um deles, foi deixar evidente na edição a minha presença enquanto diretora: Maria, em seu depoimento, menciona meu nome, indicando que estou atrás da câmera conversando com ela. Logo, estamos ambas em cena e à mercê da montagem, seja em imagem ou apenas pelo som.

Eu sabia que ela dificilmente recusaria o meu pedido de entrevista, mas no início ficou evidente que ela não estava confortável com o fato de estar sendo gravada, e se mostrou pouco espontânea nos primeiros minutos de gravação. Eduardo Coutinho (1997) aponta que, mais do que a presença da câmera, a mudança de postura dos personagens diante da câmara ocorre menos pelo aparato em si, e mais pela interpelação de alguém que não pertence a sua classe social e que faz perguntas sobre seu modo de vida.

Contudo, ao longo da entrevista ela foi se soltando, e a representação de si mesma ficou mais próxima da cotidiana. Neste caso, tentei resgatar as conversas que já tínhamos tido em várias oportunidades anteriores para recuperar a autenticidade de Maria, agora diante da câmera. Ela era a única personagem que eu já conhecia antes do projeto.

Em seguida foi a vez da professora Tânia Mara, que me convidou para acompanhar uma de suas aulas da disciplina de Relações Sociais de Gênero. Minha ideia era observar a dinâmica da turma e registrar uma das aulas que então serviriam como imagens de cobertura, para demonstrar como ocorriam as aulas sobre esse assunto na UnB.

Nesse caso, foi inusitado encontrar uma sala lotada para uma disciplina optativa e ainda mais com a presença de alguns homens. Contudo, a turma não concordou que registrássemos uma das aulas para o projeto, por isso me limitei a gravar o depoimento de Tânia.

As respostas da professora me despertaram para novas questões do problema: até ali, eu seguia firme na convicção de que a identificação das mulheres como feministas era um aspecto essencial para sua emancipação em um sentido mais completo. Contudo, as respostas de Tânia contribuíram para reforçar que esse sentido de identidade é algo construído socialmente e não é imprescindível para uma postura transgressora.

Coutinho ainda destaca que no documentário com captação de som direto, o diálogo entre quem filma e quem é filmado deve ser registrado e deve estar presente no produto final. Nesse encontro, o entrevistado é filmado enquanto reage a uma

provocação, a qual suscita esse diálogo a partir do confronto. Nessa medida, optei por manter o trecho em que Tânia discorda de mim e me chama a atenção quando a questiono sobre se haveria algum nível de alienação entre as mulheres que não se reconhecem feministas, apesar da sua conduta de enfrentamento ao sexismo.

A próxima entrevista foi gravada com Luísa Montenegro, doutoranda da Faculdade de Comunicação (FAC/UnB) e que integra o projeto de extensão Escola de App¹¹. A iniciativa, que também constitui um projeto de pesquisa “busca compreender a violência online de gênero”. A partir da análise desses casos, levando em conta a recorrência, características e tipologia, o grupo propõe ações de enfrentamento a esse problema entre jovens estudantes do ensino médio em escolas públicas. Apesar de o depoimento de Luísa ter sido contundente, decidi não utilizá-lo no produto final. Como as atividades do Escola de App não estavam ocorrendo no período da gravação, as integrantes prometeram imagens de arquivo que nunca foram encaminhadas. Além disso, nem as responsáveis pelo projeto ou as escolas onde ocorreram as oficinas viabilizaram que eu entrevistasse as alunas que participaram da extensão. Sem o depoimento de quem poderia se beneficiar das ações, considereei que não seria válido abordar esse projeto dessa maneira.

Aquela que seria a última diária de gravação ocorreu no dia 19 de setembro, quando registrei o depoimento de Jéssica Rocha. A egressa de Gestão de Políticas Públicas era uma das fundadoras do coletivo Roda das Minas, e, ainda que já fosse graduada no curso, continuava participando da iniciativa espontânea de estudantes.

Durante a captação, descobri que a Roda, além de se constituir em um coletivo, também possui uma vertente de atuação como projeto de extensão em escolas públicas de ensino médio no Plano Piloto e Riacho Fundo. Ficou acertado que iríamos gravar também o depoimento das jovens alunas sobre a extensão.

Contudo, mais uma vez, temendo a repercussão e possíveis retaliações que as declarações pudessem ter junto às autoridades governamentais, as organizadoras voltaram atrás na autorização, e não pudemos registrar as entrevistas. Como tinha

¹¹ Disponível em <<https://www.internetedireitoshumanos.com.br/escola-de-apps>> Acesso em: 10 ago. 2019.

passado por uma situação parecida com a Escola de App, a solução foi bastante simples: optei por canalizar os esforços de gravação nas demais participantes da Roda.

Por isso, foi necessário retornar à Roda, que ocorre todas as quintas-feiras, para uma última diária de gravações, quando foi possível conversar com as demais integrantes do grupo.

5.5 Pós-produção

Para as escolhas de montagem, se impuseram os modos participativo e reflexivo do documentário, já que os trechos escolhidos para compor o produto foram aqueles suscitados pelas perguntas, em que intervi diretamente na provocação das respostas, assim como outros foram deixados de fora para preservar a intimidade ou mesmo a segurança de algumas personagens. Contudo, ainda houve espaço para o modo observativo na inserção de imagens que representam as situações mais do que os recortes de entrevista: a ligação atendida enquanto Maria dava seu depoimento ou a estrutura precária do Núcleo de Prática Jurídica de Ceilândia, o qual, apesar de fazer parte da UnB, tem condições muito mais deficientes.

Enquanto escolha de direção, tive de ter o cuidado de não fazer aquilo que estava criticando: não era meu papel, de uma observadora externa, dizer às mulheres se elas seriam ou não feministas, algo que foi ressaltado pela professora Tânia Mara, ou ainda dizer qual seria a importância de assimilar a reflexão acadêmica sobre gênero. Esse reconhecimento cabe a cada uma delas, e meu interesse era compreender o comportamento dessas mulheres em um contexto de enfrentamento ao patriarcado.

Por isso, apesar de as entrevistas com as especialistas terem sido mais longas, decidi privilegiar os depoimentos das outras personagens, para que expusessem suas experiências de insubordinação ou enfrentamento de situações machistas. Nesse sentido, pôr em cena os relatos de casos deliberados de sexismo vivenciados pelas professoras foi uma maneira de equiparar o discurso de todas as personagens retratadas, de modo que o conhecimento acadêmico dessas não tivesse um valor semântico superior ao conhecimento popular daquelas.

Para orientar os cortes e a construção narrativa, elaborei um roteiro de montagem. Como ponto de partida, levei em conta a máxima de que o curta-metragem está para o longa, assim como o conto está o romance. Nesse sentido, em uma metáfora com o boxe, o escritor argentino Julio Cortázar ressalta que o conto deve ganhar o leitor por *knock-out*¹², ao passo que o romance ganharia o leitor ponto a ponto.

Assim também seria o curta-metragem ao reter a atenção do espectador como um soco. E essa é a intenção das duas primeiras cenas, para além de sua função narrativa: capturar a atenção do espectador pelo estranhamento diante das imagens e da situação, e assim, instigá-lo a ver o filme até o final, que termina justamente com a mesma personagem com o qual começou: Maria fecha o arco da narrativa apontando para um futuro de maior envolvimento da universidade com a comunidade.

¹² Termo em inglês para nocaute.

Considerações finais

A produção do documentário foi-me verdadeiramente uma ferramenta de apreensão do mundo histórico. Devido ao projeto, pude formular perguntas que foram investigadas para serem confirmadas ou refutadas a partir das técnicas do documentário. Além disso, o encontro com as personagens também só ocorreu graças à realização do produto, logo, o documentário foi uma maneira de ativamente me colocar em situações e experiências pré-definidas.

Ao longo da realização do produto, foi recorrente o uso do termo “terapia” pelas personagens para caracterizar a participação e o trabalho desenvolvido nos projetos de extensão e coletivos, no sentido de que a reunião de mulheres para debater temas que lhes dizem respeito tem um efeito prático de reflexão e mudança sobre suas vidas. Também na pesquisa bibliográfica, o termo surge na descrição dos primeiros grupos de debate sobre a realidade das mulheres, o que demonstra o sentido da sororidade, descrita por bell hooks como a solidariedade política entre as mulheres (2019, p. 38).

Com isso, foi possível perceber que o debate sobre gênero e feminismo não está apenas concentrado nas universidades, apesar de este ser um polo relevante de discussões sobre o assunto. Mais do que isso, os feminismos estão pulverizados no discurso de vários grupos sociais, na medida em que todos experienciam gênero e sexismo.

Contudo, não basta ter essa vivência de ser mulher para se enquadrar como feminista. Essa classificação, ainda que autorreferenciada, diz respeito à ação e escolha (hooks, 2019, p.25)¹³. E foi assim com as personagens entrevistadas para este projeto: Maria e Márcia, que mesmo sem uma formação acadêmica na área, elaboraram em condutas práticas o seu feminismo, de modo que essa construção pode prescindir da universidade. Embora seja assim, essas mulheres demonstraram que gostariam de participar de espaços na universidade que proporcionassem uma reflexão sobre o assunto.

¹³ A autora opta por ser grafada com letra inicial minúscula. Seu objetivo é que sua mensagem tenha mais destaque do que seu nome.

A academia, enquanto instituição, enfrenta e interpõe barreiras para que os estudos de gênero ou de mulheres sejam ampliados, na medida em que o patriarcado está intrincado na estrutura da sociedade. Primeiro, há uma dificuldade de acesso. De acordo com o levantamento da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan)¹⁴, 33,9% da população do Distrito Federal tinha o ensino superior completo em 2018. Isso significa que apenas um terço dos moradores chega à universidade. Em segundo lugar, uma vez neste espaço, a oferta de disciplinas sobre o assunto é reduzida: não há cursos de graduação sobre gênero e as matérias optativas oferecidas possuem listas de espera. Portanto, há uma demanda não atendida de estudantes que se interessam pelo assunto.

Além disso, entre os temas transversais, descritos no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), que devem constar nos programas das disciplinas estão: os direitos humanos, às questões étnico-raciais e à educação ambiental; gênero não está entre eles.

Há ainda situações de flagrante machismo na instituição, como demonstraram as denúncias de assédio moral e sexual contra o professor Mauro Giuntini que eram relatadas desde 2015. O conjunto dessas acusações resultaram na abertura de um Processo Administrativo Disciplinar pela reitoria da UnB em 2017. O ato de suspensão por 60 dias entrou em vigor em 17 de abril daquele ano. A decisão descreve que Giuntini violou os incisos IX e XI do artigo 116 da lei 8.112/90¹⁵.

Nesse período em que ficou afastado, Giuntini não teve direito aos rendimentos do cargo de professor. No entanto, no ano seguinte, ele retomou as atividades na Faculdade de Comunicação (FAC/UnB) e recebeu os proventos que foram contidos. Mesmo diante de manifestação dos estudantes, o professor foi beneficiado com a transferência interna com a aprovação do Colegiados de Departamentos e com aprovação final pelo Conselho da Faculdade, sendo oficializado como professor do curso de Audiovisual, instância em que houve as denúncias de assédio.

¹⁴ Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/PDAD_DF-Grupo-de-Renda-compactado.pdf> Acesso em: 12 nov. 2019.

¹⁵ BRASIL. Lei 8.112/1990. Art. 116; Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm> Acesso em: 31 out. 2019.

Há ainda outros exemplos: a antropóloga e professora Débora Diniz requereu proteção judicial em razão das ameaças de morte que recebeu por conta de sua pesquisa acadêmica sobre aborto. Além disso, a estudante do curso de Biologia, Louise Ribeiro, de 20 anos, foi assassinada dentro do Campus Darcy Ribeiro em março de 2016. O ex-namorado dela, Vinícius Neres, foi condenado a 23 anos de prisão pelo feminicídio de Louise.

Casos como esses levaram à proposição de ações por parte das docentes e discentes. Na FAC, a campanha #MeuAmigoSecreto saiu da seara da internet e chegou às fachadas das salas de aula e de professores, onde foram fixados relatos anônimos contra Giuntini. Em outra frente, as alunas de Gestão de Políticas Públicas fundaram o Coletivo Roda das Minas para conversar sobre gênero após a morte de Louise. Mas as manifestações em cartazes, à época, foram arrancados do Centro Acadêmico, onde haviam sido expostos, por colegas que também perturbavam os encontros que ocorrem na área externa da FACE.

Apesar dessa lacuna, as estudantes da UnB se organizam em coletivos feministas e de mulheres e criam de maneira autônoma um espaço de discussão e formação política potente, em que compartilham não só experiências, mas também conhecimento na forma de livros e artigos digitais. Essa conscientização é que é capaz de gerar transformação social. No caso da ex-aluna Jéssica Rocha, ela relata que só se compreendeu feminista após os estudos na UnB, o que indica que mesmo que não seja imprescindível, a universidade pode sim contribuir com esse processo.

Nesse sentido, a extensão é uma das brechas de atuação e aproximação do conhecimento acadêmico à comunidade. Essa formação política, que também é desejada pelas mulheres, se concretiza nesses espaços e práticas, onde a interlocução entre saberes teórico e popular ocorre em diálogo com as experiências de vida das participantes da extensão.

Articular esse conhecimento faz com que elas se tornem multiplicadoras e propaguem essa conscientização de gênero e do papel social das mulheres em suas comunidades, de modo que adotam uma postura política feminista na prática do cotidiano. Construir um pensamento feminista de massa pautado pelas nossas

inquietações e que se relacione com o cotidiano é caminhar na direção da igualdade de gênero (hooks, 2019, p. 167). E para isso, a universidade também é essencial.

Referências bibliográficas

CATÁLOGO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO (2018-2019). Produzido por Decanato de Extensão, Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.dex.unb.br/catalogos-de-peacs>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

CAZARRÉ, Marieta. “**2015: O ano das mulheres**”. Agência Brasil. Brasília, 31 dez 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-12/2015-o-ano-das-mulheres>> Acesso em: 30 out. 2019.

CORTÁZAR, Julio. **Alguns aspectos do conto**. Valise de cronópio, v. 2, p. 147-163, 1974.

DE OLIVEIRA COSTA, Albertina. “**Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba**.” Estudos Feministas, 1994, pp. 401–409. JSTOR, www.jstor.org/stable/24327185. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/24327185?read-now=1&seq=5#page_scan_tab_contents Acesso em: 2 nov. 2019.

DUTRA, Zeila Aparecida Pereira. **A Primavera das Mulheres: Ciberfeminismo e os Movimentos Feministas**. Revista Feminismos, v. 6, n. 2, 2018.

ELAS por Elas. Metrôpoles. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/elas-por-elas-conheca-a-historia-das-vitimas-de-feminicidio-no-df>> Acesso em 16 dez. 2019

FREIRE, Mariza Scheffer; SOBRINHO, Vilma Pereira. **A figura feminina no contexto da inquisição**. Revista da educação. 2006. Disponível em <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1003/855>> Acesso em: 11 nov. 2019.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LINS, Consuelo. **O documentário de Eduardo Coutinho: televisão, cinema e vídeo.** Zahar, 2004.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário.** Campinas: Papyrus Editora, 2019.

NUNES, Dimalice. **Teresa de Benguela: a heroica rainha do Quilombo Quariterê.** Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-consciencia-negra-teresa-de-benguela.phtml>> Acesso em 15 dez. 2019

RAIMUNDO, Valdenice José. **Resistência: O caminho para o enfrentamento às diversas formas de violência que impactam a vida das mulheres negras.** Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, n. 243, p. 75-90, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ucs.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/420/359>> Acesso em: 1 nov. 2019.

RIBEIRO, Darcy. **Plano Orientador da Universidade de Brasília.** Brasília: Editora UnB, 1962.

ROCHA, Camilo. **Qual o efeito das ações de Bolsonaro para o cinema nacional.** Nexo Jornal. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/08/23/Qual-o-efeito-das-a%C3%A7%C3%B5es-de-Bolsonaro-para-o-cinema-nacional>> Acesso em 17 dez. 2019

ROSEMBERG, Fúlvia. "Mulheres educadas e a educação de mulheres." **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto (2012): 333-359.

TINOCO, Dandara. **Descrita como heroína, Dandara, mulher de Zumbi, tem biografia cercada de incertezas.** O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/descrita-como-heroína-dandara-mulher-de-zumbi-tem-biografia-cercada-de-incertezas-14567996>> Acesso em 15 dez. 2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto Político Pedagógico Institucional da UnB.** Brasília: Editora UnB, 2018.

QUEM foi Aqualtune, avó de Zumbi dos Palmares, homenageada pela Mancha Verde. Huffpost. Disponível

em:<https://www.huffpostbrasil.com/entry/aqualtune-mancha-verde_br_5c7ef536e4b0e62f69e771b5> Acesso em 15 dez. 2019

Filmografia

CHEGA de Fiu-Fiu. Direção de Amanda Kamanchek Lemos e Fernanda Frazão. Brodagem Filmes, 2016. Son., color

JOGO de Cena. Direção de Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: Bretz- Back Five, 2007. Son., color

LEMBRO mais dos corvos. Direção de Gustavo Vinagre. 2018. Son., color

TORRE das Donzelas. Direção de Susanna Lira. Modo Operante Produções, 2019. Son., color e P&B

#EuVocêTodasNós. Direção de Ellen Paes e Rafael Figueiredo. 2017. Son., color